

SEGURANÇA JURÍDICA DOS TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL EM RELAÇÃO À INADIMPLÊNCIA E A EXECUÇÃO

DOS SANTOS Paulo Roberto¹; RODRIGUES BENEDETTI Domingos²

Palavras - Chave: Crédito Rural. Legislação. Prevenção. Execução.

Esta pesquisa bibliográfica sobre o tema segurança jurídica dos títulos de crédito rural em relação à inadimplência e a execução tratou de buscar elementos fáticos e jurídicos com a justificativa de prevenir a inadimplência e execuções frustradas por ocasião da formalização do crédito rural para mini e pequenos agricultores, bem como aos empresários rurais do ramo dos insumos agrícolas. O objetivo foi de identificar na doutrina e legislação, os requisitos essenciais para a formalização do crédito em relação às espécies de títulos de crédito rural. Com isto, ter a resposta da problemática do tema com relação à existência de segurança jurídica dos títulos de crédito rural. As hipóteses inicialmente previstas no projeto de pesquisa foram confirmadas, como a observância dos princípios gerais dos títulos de crédito associado às espécies de títulos de crédito rural, bem como o de conhecer a realidade fática das diferentes categorias de produtor rural através de um cadastro pessoal e patrimonial. O método utilizado foi o dedutivo, partindo de uma pesquisa bibliográfica abrangente para compilar as possíveis soluções ao tema. Para isto, no primeiro capítulo aborda-se a teoria geral dos títulos de crédito, traçando uma fonte basilar para se chegar com segurança jurídica na situação problema. No segundo capítulo, foi na legislação que se encontrou os requisitos formais para as diferentes espécies de títulos de crédito rural. E, no terceiro capítulo, o estudo versou sobre o processo de execução como forma judicial para o adimplemento do crédito e das possíveis soluções à segurança jurídica dos títulos de crédito rurais. Com o exposto, se aduziu que a segurança jurídica está no conhecimento preventivo da realidade fática do tomador do crédito rural, aplicando para cada caso as formalidades legais, evitando assim, a inadimplência e uma futura execução frustrada.

¹ Empresário no ramo agrícola na empresa Van Ass & Cia Ltda, na cidade de Panambi/RS. Curso nível médio de Técnico em Agropecuária, formado na Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS. Acadêmico do 10º semestre do curso Direito da Universidade de Cruz Alta/RS, visando o título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

² Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais. Graduado na Licenciatura em Artes Práticas - Habilitação em Técnicas Agrícolas. Professor do Curso de Direito e da Agronomia da Universidade de Cruz Alta/RS – UNICRUZ. Professor do Curso de Direito e de Serviço Social das Faculdades Integradas Machado de Assis, em Santa Rosa/RS – FEMA. Professor convidado da Universidade de Passo Fundo/RS – UPF. Professor nas especializações em Direito Ambiental, Biologia da Conservação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Advogado. Orientador deste trabalho.

* Esse trabalho de conclusão foi apresentado para banca avaliadora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Cruz Alta, no dia 12 de julho de 2011, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Jurídicas, tendo como resultado a aprovação do seu autor.